



## BOLETIM 288 - IX 12 de Janeiro de 2017



### CNPL lança canal interativo – CNPL responde dúvidas ao vivo dos profissionais liberais – 07 de fevereiro de 2017

A CNPL – Confederação Nacional das Profissões Liberais, lança no dia 07 de fevereiro de 2017, o canal interativo #CNPLResponde para esclarecer, por meio de transmissão ao Vivo, na página do Facebook da Entidade ([facebook.com/CNPL.brasil](https://www.facebook.com/CNPL.brasil)), ao Vivo, as dúvidas dos profissionais liberais. Inicialmente a CNPL abordará a Contribuição Sindical.

A transmissão ao vivo será realizada toda terça-feira, às 9h30, e esclarecerá tanto dúvidas encaminhadas por e-mail [imprensa@cnpl.org.br](mailto:imprensa@cnpl.org.br), quanto apresentadas em tempo real na página do Facebook.

Os esclarecimentos sobre Contribuição Sindical serão prestados pelo setor de arrecadação da Confederação Nacional das

Profissões Liberais, para conceder suporte técnico às Federações e aos Sindicatos filiados em todo o país.

A proposta da CNPL é abrir um novo canal de diálogo direto com os profissionais liberais para sanar as dúvidas mais frequentes, conforme necessidade de cada entidade ou categoria.

Importante destacar que a transmissão é ao vivo, mas o vídeo ficará disponível na página da CNPL, em período permanente e poderá ser acessado sempre que necessário.

Para participar o dirigente sindical ou profissional liberal poderá encaminhar previamente a pergunta para o endereço eletrônico [imprensa@cnpl.org.br](mailto:imprensa@cnpl.org.br) ou apresentar a pergunta em tempo real, durante a transmissão ao Vivo.

Toda **terça-feira**, às **9h30min**  
Estreia: **7 de fevereiro**  
Informações: (61) 2103-1683  
(61) 98141-6009 | **Participe!**

Tema da 1ª Edição:  
**Contribuição Sindical**

Transmissão **AO VIVO** pela  
página da CNPL no Facebook:  
[facebook.com/cnpl.brasil](https://www.facebook.com/cnpl.brasil)

# Empresas preparam proposta para reformar impostos em 10 anos

Sete grandes empresas brasileiras decidiram patrocinar a elaboração de uma nova proposta de reforma tributária, que teria como principal diferença a eliminação de cinco tributos ao longo de dez anos. No seu lugar, seria criado um único imposto, chamado inicialmente de Imposto Geral sobre o Consumo.

A novidade seria o ritmo gradual da mudança. À medida que a arrecadação com o novo imposto aumentasse, os **antigos** tributos seriam reduzidos até desaparecer.

## NOVO IMPOSTO

Imposto Geral sobre o Consumo

### O que muda na cobrança

Cobrado apenas sobre a venda final do produto, sem incidência sobre as etapas produtivas

**O que muda**  
Receita é recolhida pelos Estados em conjunto, ou pelo governo federal, e depois é repartido tendo como critério o local do consumo do produto

A arrecadação seria repartida tendo como critério o local onde foi consumido o produto ou serviço, prática comum na maioria dos países.

A proposta está sendo gestada no Centro de Cidadania Fiscal, um grupo de estudos liderado pelo ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda Bernard Appy. Ambev, Votorantim, Natura, Telefônica, Braskem e Itaú Unibanco patrocinam a iniciativa.

Segundo Eurico Santi, um dos autores da proposta, advogados e auditores fiscais estão

O objetivo é eliminar os vícios de impostos e contribuições que, de tão complicados, se transformaram num problema tanto para as empresas quanto para os governos.

O ICMS, hoje a principal fonte de receita dos Estados, seria eliminado e fundido com o ISS, cobrado pelas prefeituras, e três tributos arrecadados pelo governo federal: PIS/Pasep, Cofins e IPI.

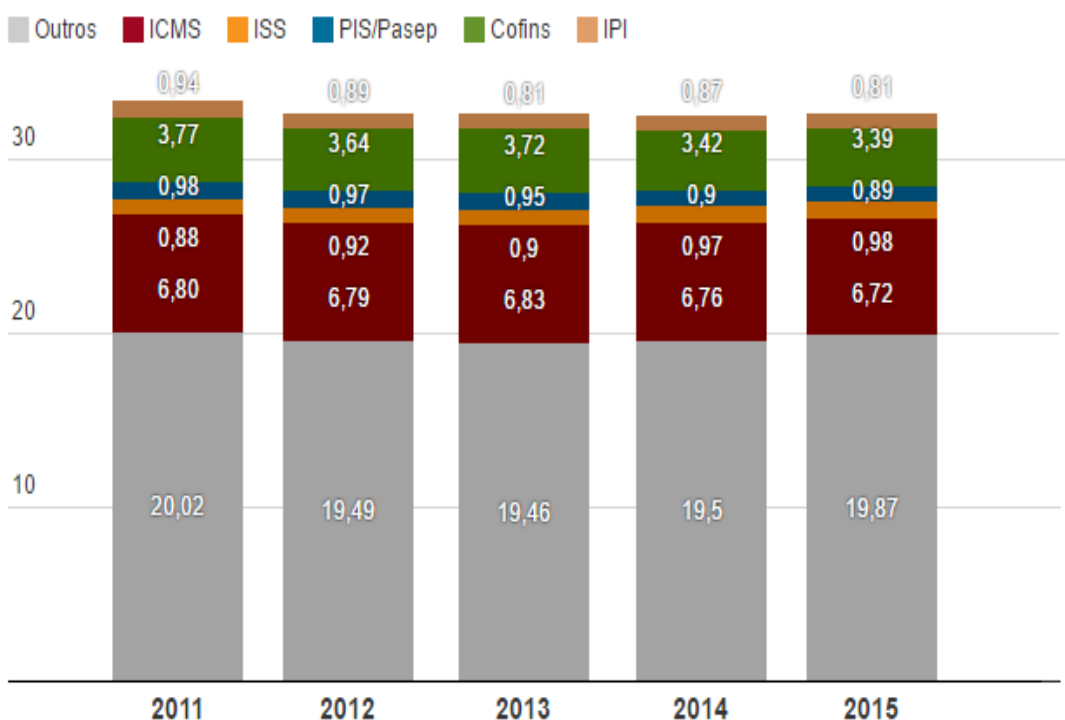
**na arrecadação**  
sendo convidados a opinar em encontros periódicos. Santi diz que as empresas, escaudadas pelas operações Lava Jato e Zelotes, buscam mais do que nunca um ambiente institucional menos cinzento para seus negócios.

"São tantas as interpretações possíveis [nas regras de cobrança destes impostos] que o lícito às vezes fica muito parecido com o ilícito", diz.

Santi menciona os mais de 8 milhões de regras tributárias do país, contando leis municipais, estaduais e federais. Algumas das empresas que patrocinam o projeto têm dívidas tributárias em discussão com o governo na Justiça.

## CARGA TRIBUTÁRIA E PARTICIPAÇÃO DESTES IMPOSTOS

Em % do PIB



### DE BAIXO PARA CIMA

Segundo Santi, a ambição do grupo é levar a proposta "de baixo para cima". Ou seja, começar com discussões nas empresas e nos governos regionais até engajar as campanhas presidenciais em 2018. O processo é distinto do feito nas últimas duas tentativas de reforma tributária.

A primeira, conduzida por Appy em 2008, esbarrou na resistência de grupos que viam riscos para o financiamento da seguridade social. A segunda, com o ex-ministro Nelson Barbosa, em 2011, emperrou no receio dos Estados em perder arrecadação.

"Quando se fala em reforma tributária, todo mundo sai correndo. Percebemos que o governo não tem tempo nem qualidade técnica para formular uma proposta, e não podemos esperar", diz Santi.

A ideia nasceu da tentativa de unificar o ICMS, cujo funcionamento intrincado requer das empresas conhecimento das normas dos 26 Estados e do Distrito Federal. E está sendo discutida no momento em que Estados em grave crise têm sido pressionados pelo governo federal a rever incentivos concedidos na guerra fiscal - oferta desmesurada de incentivos para que empresas se instalem no Estado em vez de no vizinho.

O governo federal chegou a exigir um freio para novos benefícios de Estados em dificuldade em troca de ajuda federal, mas a exigência caiu na Câmara dos Deputados.

## CARGA

# ICMS



### TRIBUTÁRIA

Proposta prevê simplificar estrutura tributária.

**DE QUEM É COBRADO?** De indústrias e bilhões  
dos fabricantes de combustíveis,  
distribuidoras de energia elétrica e empresas  
de telefonia

**QUEM COBRA?** Estados (parte é repartida  
com as prefeituras)

**QUANTO ARRECADA? (2015)**R\$ 396,51

**QUAL O PROBLEMA?** 27 diferentes  
legislações, cada qual com a sua  
especificidade sobre setores e até produtos;  
incentivos fiscais (descontos de imposto)  
concedidos fora da lei se multiplicaram sem  
controle nos últimos anos.

# ISS



**DE QUEM É COBRADO?** Prestadores de  
serviço em geral, como por exemplo  
bancos e planos de saúde

**QUEM COBRA?** Municípios

**QUANTO ARRECADA? (2015)** R\$ 58,08  
bilhões

**QUAL O PROBLEMA?** Dúvidas sobre  
local onde deve ser pago o imposto: nas  
cidades onde mora o consumidor ou nas  
cidades onde estão os prestadores de  
serviço?



**DE QUEM É COBRADO?** Indústrias e importadores

**QUEM COBRA?** União (parte é repartida com Estados e municípios)

**QUANTO ARRECADADA? (2015)** R\$ 48,04 bilhões

**QUAL O PROBLEMA?** Regimes especiais se multiplicaram nos últimos anos, complicando a interpretação sobre quais empresas devem pagar o imposto e quais poderiam ficar de fora



**QUEM É COBRADO?** Todas empresas. Por exemplo: a empresa que vende madeira, a empresa que fabrica uma cadeira com a madeira e a loja que vende a cadeira de madeira

**QUEM COBRA?** União

**QUANTO ARRECADADA? (2015)** R\$ 252,47 bilhões

agenda está mais voltada para a Previdência e a reforma trabalhista.

"Pessoalmente acredito que seja uma agenda para o próximo mandato presidencial", diz. "Sem controle do governo [na votação no Congresso], é provável que diferentes interesses setoriais distorçam o modelo. Aí não vale a pena. Se é para sair uma árvore de Natal, cheia de penduricalhos e regimes diferenciados, melhor não fazer."

subjetivas as regras sobre como descontar o valor do imposto que já foi pago sobre etapas posteriores de produção

Bernard Appy afirma que uma versão reduzida de reforma tributária poderia focar pelo menos o ICMS, dada a ineficiência que produziu.

A tramitação política de uma reforma, reconhece o especialista, exige força política do governo federal, e neste momento a

#### ENTENDA

A proposta de reforma tributária em discussão

#### QUE PROPOSTA É ESSA?

O projeto está sendo elaborado no setor privado e prevê a criação de um único imposto, eliminando cinco diferentes tributos

#### A CARGA TRIBUTÁRIA SERIA REDUZIDA?

Não. O objetivo da proposta não é reduzir a

arrecadação de impostos, mas simplificar seu funcionamento

### **QUANTO TEMPO LEVARIA A TRANSIÇÃO?**

A proposta é que, ao longo de dez anos, o novo imposto aumente progressivamente a arrecadação enquanto os velhos diminuem até desaparecer. No primeiro ano, o novo imposto cobraria 1%, em fase de teste. No caso do ICMS, haveria uma transição para adaptação dos Estados a uma nova divisão de receitas. Ao longo de 40 anos, "perdedores" poderiam ser compensados por "ganhadores". Estudo preliminar indica que, dos 26 Estados mais o Distrito Federal, apenas 7 perderiam

### **POR QUE UM NOVO IMPOSTO?**

Um novo tributo nasceria sem as distorções e as exceções dos tributos antigos

### **QUAL SERIA O RESULTADO?**

Segundo um dos autores da proposta, Bernard Appy, a reforma poderia aumentar de 0,5 a 1 ponto percentual o PIB brasileiro ao longo de dez anos, graças à melhora da eficiência e ao destravamento de investimentos

**Fonte: Jornal Estado de São Paulo e Boletim Fenacon 05/01/2017**

## **Mínimo com apenas o INPC agrava arrocho imposto por Temer**

O governo Temer (PMDB) inverteu a curva ascendente e aplicou apenas a inflação ao salário mínimo. Assim, após 14 anos de aumento real, o mínimo teve reajuste de 6,48% (INPC) a partir de janeiro, passando de R\$ 880,00 para R\$ 937,00. Segundo Nota Técnica do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o benefício impacta 47,9 milhões de brasileiros – da ativa, aposentados ou outros segurados da Previdência.

Os 14 anos de aumento real geraram ganho acima da inflação de 77% para o salário mínimo. Esse crescimento ajudou a movimentar a economia nacional, uma vez que só neste ano o mínimo injetará R\$ 35 bilhões na economia e renderá R\$ 18,8 bilhões em arrecadação para o governo. Mínimo mais alto também empurra pra pelo INSS.

cima Pisos de diversas categorias profissionais, com efeitos positivos em toda a cadeia econômica.

**Luta** - A recuperação do valor do salário mínimo - achatado pelos governos militares e desidratado nos anos Fernando Henrique - é resultado direto da luta sindical. Vale recordar que, em 2004, as Centrais Sindicais iniciaram pressão junto ao governo Lula pela recuperação do mínimo. Ocorreram três marchas a Brasília e forte articulação política.

Lula iniciou a política de recuperação (em 2006, o aumento real foi de 13,04%), depois reafirmada e oficializada pela presidente Dilma. Ao congelar o mínimo, o governo Temer visa, também, aprofundar o arrocho previdenciário, uma vez que 48,3% dos beneficiários recebem até um salário mínimo - e eles representam 68,6% do total de todos os beneficiados



Silvestre é técnico do Dieese

Para o coordenador de relações sindicais do Dieese, José Silvestre Prado de Oliveira, esse tipo de medida frustra, não só quem depende do salário mínimo, mas também a própria economia. "É um aprofundamento da recessão. Tá dentro da lógica que o governo está adotando para a política econômica. Depois da aprovação do teto dos gastos, vem a reforma da Previdência e o salário mínimo sem aumento real faz parte do pacote", afirma Silvestre.

O economista disse à **Agência Sindical** que o caminho escolhido pelo governo para enfrentar a crise tende ao fracasso. "Os dados mostram que apostar na política de austeridade fiscal não consegue recuperar a economia. Em todo país onde se adotou tais medidas, o resultado foi o mesmo. Não se obteve êxito", diz.

**Veja Nota Técnica do Dieese no link**  
<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTecsalarioniminimo2017.pdf>

**Fonte: Repórter Sindical jan /2017**

## CNPL realiza VIII Congresso Nacional das Profissões Liberais para definir os rumos e metas da gestão



A *Confederação Nacional das Profissões Liberais* (CNPL) realizará, de 16 a 18 de maio, em Brasília/DF, o VIII Congresso Nacional das Profissões Liberais "Construindo o Futuro", para formalizar os rumos e metas de trabalho da entidade para o quadriênio 2017-2020. Nesta edição, a pauta do evento será voltada para o desenvolvimento social, político e sustentável.

O objetivo do VIII Congresso Nacional é desenvolver, coordenar e integrar ações políticas e administrativas para o fortalecimento da Confederação, das entidades representadas e dos profissionais liberais, por meio da capacitação e inserção nos movimentos sindicais e sociais,

utilizando como base a própria missão da CNPL.

A proposta de trabalho da Confederação é mobilizar as entidades filiadas em todo o país para contribuir com a implementação dos temas que serão pautados no evento durante os próximos quatro anos. Além de reforçar o protagonismo das lideranças sindicais, a CNPL almeja consolidar ações que viabilizem a realização e o monitoramento das ações propostas no VIII Congresso.

### **Posse da diretoria eleita**

Durante a abertura do Congresso Nacional, no dia 16 de maio, será realizada a cerimônia

de posse da diretoria eleita da CNPL, para a gestão 2017-2020. A chapa “Unidade e Inovação” eleita, no dia 09 de novembro, é composta por profissionais liberais de 17 categorias em todo o território nacional e amplia, pela primeira vez na história da entidade, a presença de gênero, com a participação de quatro mulheres nesta gestão.

A Diretoria eleita da Confederação também apresenta outra novidade em sua

composição. Os cargos de vice-presidentes passam a se destacar por meio de pastas específicas em diversas áreas, como no âmbito legislativo, assuntos legais, integração social, relações sindicais, relações institucionais e globais, nas áreas de formação e de comunicação, bem como nas secretarias administrativa e financeira.

**Fonte: Informativo CNPL 10/01/2017**

## Antonio Neto recebe ministro do trabalho para debater Projeto de Lei 6787/16

11 de janeiro de 2017CSB Notícias



*Ronaldo Nogueira também falou da instalação do Conselho Nacional do Trabalho*

O presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antonio Neto, se reuniu na manhã desta terça-feira (10), em São Paulo, com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para debater detalhes do Projeto de Lei nº 6787/16, que trata de um conjunto de medidas para modernizar as relações trabalhistas.

O PL 6787 estabelece, entre outras medidas, que os acordos ou convenções coletivas tenham força de lei. Se aprovado,

sindicatos e empresas poderão negociar o parcelamento de férias em até três vezes. O projeto também estabelece que a jornada de trabalho ficará limitada a 12 horas diárias ou 220 horas mensais. Poderão ser negociados a participação no lucro e resultados, a formação de banco de horas, intervalo durante a jornada de trabalho com no mínimo 30 minutos e estabelecimento de um plano de cargos e salários, entre outros pontos.





Peça importante para estimular à geração de empregos, segundo o governo, o projeto passará por comissões temáticas antes de ir para votação de plenário.

Durante a conversa, Ronaldo Nogueira falou sobre a instalação do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), que ocorrerá em meados de fevereiro. O conselho será tripartite e terá o objetivo de discutir ajustes e aprimoramentos dentro da legislação trabalhista e sindical, qualificação e outros temas ligados à questão trabalhista.

O ministro do Trabalho tem mantido intensos diálogos com o movimento sindical no sentido de aprimorar cada vez mais as propostas, de forma que elas cumpram seu papel de estimular a economia, gerar empregos e, sobretudo, preservar e fortalecer o direito dos trabalhadores”, disse o presidente Antonio Neto.

**Fonte: Notícias CSB 11/01/2017**

## CPF - Receita Federal aprova novo modelo de CPF com a vinculação da filiação e do título de eleitor

O Ato Declaratório Executivo Cocad nº 1/2017 aprovou os anexos a seguir, em substituição aos respectivos anexos da Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF):

- a) Anexo II: Modelo de Comprovante de Inscrição no CPF emitido pela RFB;
- b) Anexo III: CPF - Atendimentos no Brasil;
- c) Anexo IV: CPF Atendimentos no exterior;
- d) Anexo V: Modelo de Comprovante de Situação Cadastral no CPF.

Trata-se de mais uma iniciativa da Receita Federal do Brasil (RFB) visando agregar

qualidade aos dados do CPF. Com essa providência, foi instituída uma rotina automatizada de associação que permite a vinculação da cadeia familiar do contribuinte. Agora, o número do CPF dos ascendentes (pai e mãe) e descendentes (filhos) é vinculado ao do CPF correspondente, inclusive o número de Título de Eleitor do contribuinte.

(Ato Declaratório Executivo Cocad nº 1/2017 - DOU 1 de 12.01.2017)

**Fonte Editorial IOB 12/01/2017**

## Centrais e Dieese fazem primeira reunião do ano sobre reformas

**Fonte: Repórter Sindical 2412 de 12/01/2017**



*Sindicalistas na sede do Dieese, em SP*

As Centrais Sindicais e o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) retomaram ontem (11) a série de reuniões para debater as reformas propostas pelo governo.

Os dirigentes também debateram como enfrentar o projeto de lei que visa liberar geral a terceirização, em análise atualmente no Senado.

Coordenado por Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese, o encontro, na sede da entidade, em São Paulo, teve presença de representantes da CUT, Força Sindical, UGT, Nova Central, CGTB, **CSB** e CSP-Conlutas.

**Temas** - Basicamente, os temas tratados foram reforma da Previdência, reforma Trabalhista e PL das Terceirizações. A preocupação dos dirigentes, assim como do Dieese, é definir uma agenda de ações incluindo um grande seminário sobre Seguridade Social, que deve ocorrer nos dias 7 e 8 de fevereiro. Há entendimento, também, de que o sindicalismo precisa entrar com força no debate acerca dos três assuntos e promover ações de resistência.

**Nova Central** - O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, José Calixto Ramos, ponderou: “Temos três caminhos a

seguir. Ser radicalmente contra, deixar o Congresso decidir sozinho ou definir nossa posição e debater com governo e Congresso”.

**CTB** - Dirigente bancário e presidente da CTB, Adilson Araújo lembrou que o sindicalismo tem a sua própria pauta, definida na Conclat 2010 e em seguidas reuniões das Centrais, com presença do Dieese e também do Diap. “Vamos nos concentrar só nas propostas do governo ou reafirmaremos nossas próprias propostas?”, questionou.

Após o encerramento da reunião, o dirigente da CSP-Conlutas José Maria de Almeida disse à **Agência Sindical** que o encontro produziu resultados importantes, embora haja avaliações distintas entre as Centrais Sindicais.

**Mobilização** - "A conclusão é que, de maneira geral, essas reformas são inaceitáveis da forma como foram colocadas pelo governo. Nisso todas as Centrais concordam. Segundo é que há de se construir a agenda de mobilizações”, explica.

O sindicalista destaca que nova reunião ocorrerá na próxima semana, dia 20, quando será definido um calendário de manifestações. “O mais importante é criar as condições para construir um processo de mobilização forte e amplo da classe trabalhadora. Botar o povo na rua pra dizer que nós não aceitamos mais direitos eliminados”, completa José Maria.

**Fonte: Repórter Sindical 2412 de 12/01/2017**

**FILIADA A:**

